

O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NA GUERRA HÍBRIDA: Colocando um ponto na carta

MORENO DE QUEIROZ FIGUEIREDO*
Capitão de Fragata

SUMÁRIO

Introdução
O *zeitgeist* multiplex
O desafio informacional
O fenômeno da hibridização
O papel da Marinha do Brasil

INTRODUÇÃO

Entender seu papel na guerra híbrida é uma prioridade estratégica da Marinha do Brasil constante na Estratégia de Defesa Marítima (BRASIL, 2023a). De forma a tentar contribuir com a busca desse entendimento, este artigo se apresenta como primeiro ponto na carta.

Por que surgiram os conceitos de guerra híbrida e ameaça híbrida? Eles estariam

substituindo o conflito convencional ou seria apenas seu “alargamento” para outras dimensões e outros domínios? Seria um fenômeno inédito ou uma intensificação de estratégias já empregadas desde a Antiguidade? Mais ainda, haveria alguma relação da mudança em curso na ordem internacional com o crescente emprego de ferramentas estratégicas “híbridas”? E, nesse contexto, qual deverá ser o papel da Marinha do Brasil? Essas são algumas das

* Mestre em Estudos Internacionais Estratégico-Militares pela Universidade de Turim, Itália, e pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval. Encarregado do Setor de Estratégia e instrutor de Guerra Híbrida da Escola de Guerra Naval.

questões que este trabalho pretende abordar, sugerindo a urgência de se entender o *zeitgeist*¹ estratégico do século XXI.

Antes mesmo de responder às inúmeras perguntas acima, cabe mais uma: quais as razões para essa suposta mudança de postura estratégica internacional? Porque é exatamente essa alteração de postura que pode estar suscitando o intenso debate sobre o conceito de guerra híbrida. Este artigo visa estudar as origens da hibridização, identificando também alguns aspectos exploráveis desse processo.

Faz-se necessário contextualizar a guerra híbrida no *zeitgeist* contemporâneo, pois a ordem mundial em transformação vem impulsionando uma série de alterações na postura estratégica de atores importantes. Apesar de muitas ações por eles empregadas, as chamadas híbridas, não serem novidades no arsenal de política externa, pretende-se apresentar argumentos que apontam para uma intensificação de seu uso.

De forma a ampliar a discussão, a primeira seção se concentrará na abordagem proposta por Amitav Acharya (2018) em seu livro *The End of American World Order*. Nela, o autor descreve um caráter mais plural e compartilhado da ordem mundial em formação, que ele denomina “multiplex”. Nessa nova multipolaridade complexa, os atores disputariam poder e influência, entrelaçados em uma teia de dependências e interesses. Um dos propósitos deste artigo é argumentar que, devido a esse crescente entrelaçamento, as opções híbridas seriam mais atraentes do que os conflitos armados convencionais.

Após essa contextualização geopolítica, propõe-se um olhar para a dimensão informacional. Muitos aspectos envolvi-

dos na hibridização orbitam a instrumentalização da internet e das redes sociais e a manipulação do tecido social.

Em seguida, uma síntese da evolução do conceito de guerra híbrida será descortinada, associando sua origem ao *zeitgeist* contemporâneo. Na conclusão, após melhor compreensão do cenário internacional, e de como os diversos atores interagem entre si e moldam a dimensão informacional, será possível colocar um ponto na carta e sugerir um possível papel para a Marinha do Brasil.

O ZEITGEIST MULTIPLEX

A percepção de unipolaridade, iniciada na década de 1990 com o fim da União Soviética e com o *bandwagoning*² internacional quase absoluto ao projeto liberal dos Estados Unidos da América (EUA), marcou o período definido por Acharya (2018) como a Ordem Mundial Americana. Ocorre que, após os eventos no Iraque e no Afeganistão, durante a Guerra ao Terror na década de 2000, associados à crise econômica de 2008, a suposta percepção positiva com a liderança americana foi abalada.

Gradualmente, o que seria uma unipolaridade centrada nos EUA deu lugar a um rearranjo de poder global ainda em consolidação. Segundo Acharya e Buzan (2019), o surgimento de novas potências e a influência via internet de diversos atores não estatais transnacionais empoderarão uma variedade de alternativas morais e culturais que conduzirão a redistribuição de poder em curso.

Acharya faz um paralelo com o multipolarismo, que precedeu as grandes

1 Expressão no idioma alemão que significa “espírito do tempo” e que busca definir aspectos específicos de um momento da História (nota do autor).

2 Em inglês, significaria “todos subindo a bordo” (tradução nossa). É um termo usado nas relações internacionais que define o alinhamento de países mais fracos aos projetos de países mais fortes.

guerras mundiais da primeira metade do século XX, para explicar sua abordagem multiplex. O autor sublinha que existe atualmente uma interdependência entre as grandes potências e os países em desenvolvimento que difere da dependência unilateral entre as colônias e as grandes áreas metropolitanas de outrora. Além disso, a atual densidade e a influência de instituições e organismos, regionais e internacionais, não podem ser comparadas com o papel inicial da Liga das Nações antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Assim, o fim da hegemonia americana no mundo ocorrerá independentemente de um declínio no poder relativo daquela potência (ACHARYA, 2018). Os demais projetos políticos participarão da construção da próxima ordem mundial, desenvolvendo capacidades militares, econômicas e tecnológicas, e reivindicarão um papel maior na cooperação internacional. Para ilustrar esse movimento, o autor escreveu que era mais sobre um *rise of the rest* do que sobre um *fall of the West*³. Organizações internacionais, fundações, grandes investidores, alianças regionais, ideias e indivíduos apoiados pelas mídias sociais desempenham um papel crucial na formação das relações em que essas novas potências convencionais operam.

O artigo de Acharya intitulado “Após a hegemonia liberal: o advento da Ordem Mundial Multiplex”, de 2017, reforça a crença de que o poder liberal foi superestimado no planeta. Durante a Guerra Fria (1947-1991), o acesso liberal foi limitado aos Estados Unidos, Reino Unido, Europa Oriental, Japão e Austrália, excluindo a União Soviética, China, Índia, Indonésia e grande parte do “Terceiro Mundo” (ACHARYA, 2017; NYE, 2017).

Soma-se a isso o crescimento oriental, liderado pela China e pela Índia, que está desafiando também a percepção de um mundo liberal baseado em valores ocidentais. À medida que elas desenvolvem suas economias e seu poder militar, muitas vezes se encontram em uma posição de afirmar seus próprios valores e desafiar aqueles impostos pelos EUA.

Algumas projeções econômicas sugerem que em 2050 (PWC, 2017), e mais intensamente em 2075, o panorama econômico mundial será drasticamente alterado. Em relatório da Goldman Sachs de 2022, China, Índia, EUA, Indonésia, Nigéria, Egito, Brasil e Paquistão aparecem como as oito maiores potências econômicas de 2075 (DALY e GEDMINAS, 2022), ilustrando esse caráter plural e possibilitando uma completa reestruturação da ordem mundial.

Acharya critica a visão pessimista de que a ordem mundial sem a hegemonia dos EUA será caótica e inconsistente, como dizem muitos estudiosos. Por exemplo, Mearsheimer (1990) argumentou que um sistema bipolar teria apenas um conflito potencial, enquanto um sistema multipolar teria várias fontes de tensão, aumentando a probabilidade de guerras. No entanto Acharya argumenta que uma ordem global partilhada entre potências emergentes pode garantir maior estabilidade e justiça em comparação com um mundo fragmentado em blocos regionais concorrentes (ACHARYA, 2018).

Nesse debate hipotético entre Mearsheimer e Acharya, este artigo pretende argumentar que ambos estariam corretos e que esse é exatamente o fato gerador dos fenômenos híbridos do século XXI. Diversas potências, novas e antigas, em competição por poder e influência, riva-

3 Ascensão do resto e não declínio do Ocidente (tradução nossa).

lizam em diversos conflitos potenciais. Como tais potências estão imersas em um contexto interconectado e interdependente, recorrem a ferramentas ambíguas e silenciosas para evitar uma escalada da violência.

Acharya propõe o conceito *multiplex*, que seria um mundo sem poder dominante, com diversidade política e cultural e, ao mesmo tempo, com interdependência econômica. Nesse mundo, as ameaças à segurança tornar-se-ão cada vez mais transnacionais, mas as capacidades necessárias para manter ou alterar o sistema serão dispersas e fragmentadas.

Acharya, na construção de seu conceito, relembra que o termo *multiplex* é usado para se referir aos cinemas que exibem vários filmes ao mesmo tempo. Embora possam passar o mesmo filme em todas as salas, o normal é que cada sala tenha um filme diferente.

Acharya usa essa metáfora para ilustrar o mundo *multiplex*, onde diferentes atores e produtores mostram seus próprios espetáculos ao mesmo tempo. Assim, poderíamos encontrar uma sala com um filme de ação de Hollywood, outra com um musical dramático de Bollywood, uma terceira com um filme de Kung Fu chinês e na quarta sala um drama social coreano (ACHARYA, 2018).

Além disso, e aumentando a complexidade da situação atual, na mesma cultura poderiam existir filmes de ação e filmes românticos do mesmo estúdio ou produto-

ra. Essa metáfora serviria para demonstrar as profundas divisões ideológicas que não seriam mais entre países, como ocorria durante a Guerra Fria, mas entre liberais e conservadores dentro dos EUA e do Reino Unido, ou entre extrema esquerda e extrema direita, como ocorre na Europa (ACHARYA, 2018).

Na metáfora do cinema, Acharya propõe que os grandes sucessos de público seriam assistidos nas salas principais, enquanto os filmes menores e independentes seriam exibidos nas salas secundárias. No entanto, se as produções independentes obtivessem sucesso e atraíssem atenção de grandes públicos, elas poderiam ser transferidas

para as salas principais. Nesse contexto, nenhum produtor teria o monopólio da atenção e da fidelidade do público, que teria a liberdade de escolha e a capacidade de comparar as diferentes produções em cartaz.

Acharya, ao levar a metáfora para o cenário geopolítico, explica que as produções independentes seriam os projetos revisionistas, como o chinês, o russo ou o indiano. Assim, a grande demanda e a recente adesão de vários países ao Brics⁴ indicam essa tendência (GOUVEIA e GUTIERREZ, 2023). Da mesma forma, os grandes clássicos e antigos sucessos de público seriam os projetos que defendem a ordem liberal como algo universal e exportável ao resto do mundo.

Segundo Acharya e Buzan (2019), as nações emergentes, como China e Índia, estariam dispostas a se tornar grandes po-

O conceito *multiplex* indica um mundo sem poder dominante, com diversidade política e cultural e, ao mesmo tempo, com interdependência econômica

4 Grupo formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2023, Egito, Etiópia, Iran e Emirados Árabes Unidos entraram no grupo.

tências, renovando o cenário geopolítico. Esses atores buscam afirmar suas culturas em um cenário de longa hegemonia ocidental, sendo que alguns, como a China, têm cultivado um nacionalismo baseado em um ressentimento histórico, dificultando maior cooperação.

Apesar desse revisionismo, observa-se que o movimento oriental não teria a intenção de substituir todos os pilares da ordem liberal. As ideias, por exemplo, de livre mercado e de instituições multilaterais seriam preservadas e até estimuladas. O que se observaria, porém, seria maior participação na governança dessas instituições, buscando conduzir as normas internacionais para seus valores civilizacionais alternativos.

Acharya (2017) indica que entre os emergentes, como os Brics+, apenas China e Índia estariam construindo a capacidade de desafiar a ordem existente. Ainda assim, tensões entre essas duas potências podem atrapalhar o processo de revisão da ordem mundial. Acharya (2017) menciona os problemas na fronteira sino-indiana, a resistência chinesa de permitir a entrada indiana no grupo de fornecedores nucleares, bem como a oposição indiana à iniciativa Belt and Road (BRI) chinesa.

Usando a metáfora multiplex de um cinema, cabe a reflexão de como seria a governança global em um contexto como o da projeção econômica feita pela Goldman Sachs. Um grupo heterogêneo de culturas plurais, formadas por um mosaico de etnias, religiões, línguas e costumes (China, Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Egito e Brasil), ao se elevar a um patamar econômico de grandes potências, inevitavelmente aumentará seus investimentos em defesa, com seus membros tornando-se, naturalmente, lideranças regionais em seus entornos estratégicos.

Mais ainda, essas lideranças aglutinarão verdadeiros mundos regionais, que têm o potencial de contribuir positivamente para a construção da ordem multiplex do século XXI. Ao utilizar o termo “mundo regional”, Acharya (2018) argumenta que essas lideranças alternativas não buscam confrontar as regras ocidentais ou fragmentar a ordem mundial. O diferencial dessas relações não ocidentais é que elas não se opõem às regras vigentes, mas também não as aceitam plenamente. Dessa forma, contornam o enfrentamento e vão, aos poucos, estruturando opções alternativas.

Se na ordem mundial americana essas ideias eram padronizadas de uma única fonte hegemônica liberal e replicadas pelo mundo, em um contexto multiplex ter-se-iam várias abordagens, ocidentais e não ocidentais, sendo apresentadas e interagindo entre si. Essa pluralidade de ideias interdependentes, estatais e não estatais, de poderes consolidados e aqueles emergentes, formariam a base da nova ordem mundial em construção. Soluções africanas, iniciativas chinesas ou abordagens indianas dialogariam com as propostas ocidentais em “igualdade” de condições.

Visando estimar o sistema internacional para as próximas décadas, Acharya e Buzan (2019) defendem que este será de transições profundas e contínuas, produzindo uma ordem mundial diferente de todas as já experimentadas pela humanidade. Eles defendem uma ordem baseada em um pluralismo profundo e contestado, com uma distribuição difusa de poder, de riqueza e de autoridade cultural, inseridos em um ambiente fortemente integrado e interdependente. Associa-se a isso um contexto em que tanto os estados como os atores não estatais desempenham papéis substanciais (Figura 1).

que a chamada Primavera Árabe⁵, embora enraizada em problemas sociopolíticos regionais mais amplos, foi facilitada pelo impacto mobilizador dos meios de comunicação social. Apesar das tentativas de repressão, os dissidentes conseguiram organizar-se, partilhar informações e mobilizar-se na Internet 2.0⁶.

Mais ainda, Ali (2023) recorda que, historicamente, nos meios de comunicação tradicionais, a comunicação de massa dominava a narrativa limitada pelas fronteiras do país, sendo que o boca a boca cobria apenas uma distância limitada. Nas redes sociais modernas, o apelo dos meios de comunicação de massa diminuiu.

Os usuários também podem transmitir conteúdo em redes transnacionais de informação. Essas redes desafiam constantemente o poder informacional estatal, inviabilizando um controle centralizado efetivo de narrativas e erodindo qualquer tentativa

de controle pleno na disseminação da informação, ou seja, não existe soberania na dimensão informacional.

Consequentemente, as sociedades em rede, construídas no ciberespaço, tornaram-se uma fonte de poder transformador, atingindo e mobilizando potencialmente centenas de milhões de indivíduos dentro de uma esfera pública transnacional. Ocorre que esse mesmo ciberespaço possui algumas características que moldam o fluxo

de informações, incrementando os efeitos nocivos da hiperconectividade digital, com destaque para as “bolhas de filtro”, as “câmaras de eco” e a desinformação.

Pariser (2011), em seu livro *Filter Bubble: what the internet is hiding from you*, descreve como os algoritmos personalizados das redes sociais criaram uma segregação digital na sociedade. Segundo o autor, o efeito da “bolha de filtro” refere-se à personalização algorítmica do conteúdo *online* que os usuários veem, resultando em limitação da diversidade de informações e perspectivas apresentadas a eles. Isso cria uma bolha de informações que reforça e amplifica suas visões exist-

tentes, ao mesmo tempo que limita a exposição a opiniões divergentes e informações variadas.

Essa personalização excessiva pode levar a uma série de consequências negativas, como a redução da diversidade de opiniões e uma visão distorcida

da realidade, limitando a capacidade dos usuários de serem expostos a diferentes perspectivas, ideias e informações, que poderiam desafiar ou enriquecer seu entendimento do mundo.

Santana e Neves (2022) recordam que, apesar de alguns autores, como Bruns (2019), apresentarem críticas à falta de robustez desses conceitos, o fenômeno de distorção entre informação e indivíduo é algo real e observável. Seja por algoritmos

As redes desafiam o poder informacional estatal, inviabilizando controle centralizado efetivo de narrativas e controle pleno na disseminação da informação

5 A Primavera Árabe foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no norte da África e no Oriente Médio, de 2010 a 2012 (Nota do autor).

6 A Web 2.0 descreve o estado atual da Internet, que tem mais conteúdo gerado pelo usuário e usabilidade para os usuários finais, em comparação com sua versão anterior, a Web 1.0.

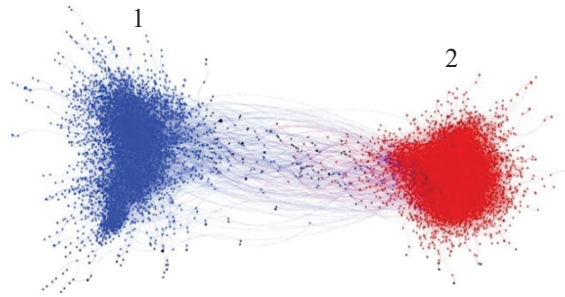


Figura 2 – Representação da difusão polarizada de conteúdo politizável em determinada rede social. Os nós representam indivíduos enviando a mensagem e as linhas representam usuários que a repostaram
 Fonte: Brady *et al* (2017)

impostos pelas plataformas, seja por escolha individual de se comunicar somente com semelhantes, cada vez mais o fluxo de informação na internet encontra-se canalizado e distorcido, em câmaras de eco e bolhas ideológicas.

A Figura 2 ilustra como mensagens de cunho emocional, ou polêmico, trafegam

entre dois extremos ideológicos. Na proposta de Brady (2017), a nº 1 representa a esquerda americana e a nº 2, a direita. Nota-se que poucos argumentos são intercambiáveis entre as bolhas, sendo observável que a maioria permanece retida em compartilhamentos dentro do mesmo “lado” ideológico.

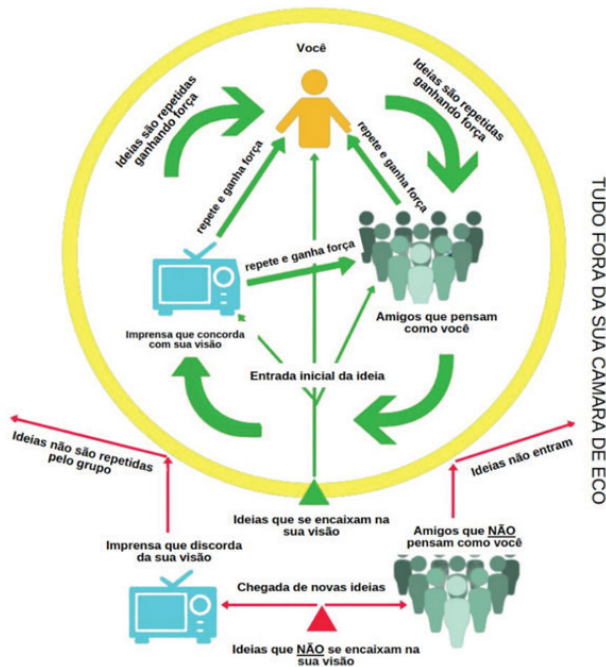


Figura 3 – Câmara de eco informacional. Ideias aprovadas pelo viés do grupo são “reverberadas” repetidas vezes, ganhando força e incrementando uma percepção distorcida e exagerada da realidade
 Fonte: Adaptado pelo autor de Midlandsbmm (2017)

Associado ao efeito induzido pelo algoritmo, os próprios indivíduos também aprofundam a polarização ao escolherem suas fontes de informação, sejam veículos de imprensa sejam grupos e comunidades em redes sociais. Nesse fenômeno, conhecido como “câmara de eco”, a informação que consegue acessar a câmara acaba sendo repetida e retransmitida, causando uma percepção exagerada da realidade (Figura 3).

Hobolt, Lawall e Tilley (2023) sugerem que a interação com grupos de pessoas que possuam visões divergentes pode reduzir o processo de afastamento ideológico. Ocorre que, uma sociedade polarizada, respondendo de forma histérica a fatos amplificados e distorcidos nas câmaras de eco, fica suscetível à manipulação externa e vulnerável em um contexto de hibridização.

Esses efeitos negativos da imersão digital, apesar de já serem razões suficientes para uma reflexão sobre a forma de utilização dessa ferramenta, ainda não contemplam todos os problemas causados pelas redes sociais. A interferência autoritária nas plataformas, censurando e exercendo pressão para banir usuários, também pode representar uma grave ameaça ao livre fluxo de informação no ciberespaço. Apesar de ser intuitivo que tal interferência deva ser maior em regimes autocráticos, o fato de ocorrer em contextos democráticos aumenta a relevância e a gravidade do fenômeno.

Shellenberger (2022) e Taibbi (2022), em depoimento a uma comissão do Comitê Judiciário da Casa dos Representantes dos EUA, apresentaram evidências de que agências governamentais norte-ame-

ricanas exerceram pressão para banir ou censurar usuários que postavam conteúdo tido como desinformação. Matt Taibbi e Michael Shellenberger, dois jornalistas responsáveis pela divulgação dos Twitter Files, expuseram como agências governamentais listavam usuários marcados por opiniões indesejadas e solicitavam o banimento ou a censura dos mesmos pelas plataformas digitais.

O próprio CEO e fundador da Facebook/Meta, Mark Zuckerberg (2022), admitiu ter censurado diversos usuários baseado em pressões do *establishment* científico, durante a pandemia da Covid-19. Zuckerberg também assumiu que muitos argumentos censurados, tidos como desinformação sobre a pandemia, acabaram sendo comprovadamente menos polêmicos ou até verdadeiros:

Basta pegar algumas das coisas em torno da Covid no início da pandemia, quando havia implicações reais para a saúde, mas não houve tempo para examinar completamente um monte de suposições científicas. Infelizmente, acho que grande parte do *establishment* meio que vacilou em um monte de fatos. E pediram a censura de um monte de coisas que, em retrospecto, acabaram sendo mais discutíveis ou verdadeiras. E isso realmente mina a confiança.⁷ (ZUCKERBERG, 2022, tradução nossa)

Outro fator complicador, que será exponencialmente amplificado na dimensão informacional, é a capacidade de produção de desinformação, por meio de ferramentas generativas de inteligência artificial.

7 “Just take some of the stuff around Covid earlier on in the pandemic, where there were real health implications, but there hadn’t been time to fully vet a bunch of the scientific assumptions, and, unfortunately, I think a lot of the establishment on that kind of waffled on a bunch of facts. And they asked for a bunch of things to be censored that, in retrospect, ended up being more debatable or true. And it really undermines trust”.

Tais programas, como o Midjourney, o Dall-E e o Sora⁸, produzem imagens e vídeos em altíssima definição, a partir de textos. Com esses recursos é possível criar filmes de eventos que nunca ocorreram com pessoas que nunca existiram.

Tudo isso serve para argumentar que parcela relevante da competição internacional do século XXI, que ocorre na dimensão informacional, estará sujeita a uma série de variáveis complicadoras. Os fenômenos das câmaras de eco e bolhas de filtro, da interferência autoritária na gestão das plataformas e da crescente capacidade de produção de desinformação fazem do ambiente informacional algo cada vez mais contestado e desafiador.

Com isso, o caráter multiplex torna-se ainda mais complexo. Os atores que disputarão maior relevância no cenário internacional, além de fazê-lo imersos em uma teia de relacionamentos e interdependências econômicas e de atuarem mergulhados em uma rede de organismos, normas e estruturas de governança, devem fazê-lo, também, expostos a um escrutínio absoluto, e muitas vezes manipulável, na dimensão informacional.

Ademais, as redes sociais externalizam os efeitos perturbadores de possíveis guerras cinéticas para o domínio cibernético global, em que a informação é disponibilizada instantaneamente para todos. Krieg e Rickli (2019) lembram que, no século XXI, os conflitos já não são combatidos apenas nos domínios físicos do campo de batalha, mas cada vez mais numa disputa sobre narrativas no ciberespaço. Mais ainda, uma vez expostos no campo de batalha físico, os atores estarão sujeitos a um desgaste irreversível e incontrolável de sua imagem (GALEOTTI, 2023), impactando na sua teia de relacionamentos multiplex descrita por Acharya.

Pode-se sintetizar, então, que o *zeitgeist* multiplex do século XXI é de competição indireta internacional, marcada por uma hipersensibilidade à opinião pública. Indireta porque os atores precisarão impor seus interesses, evitando representar ostensivamente uma ameaça aos demais, ou ao próprio sistema internacional. E farão isso sob os holofotes da confusa, vigilante e manipulável opinião pública, grandemente exposta a variadas fontes de informação, que tráfegarão por plataformas digitais repletas de vícios de funcionamento.

E é exatamente devido a esse *zeitgeist* que as opções “híbridas” passaram a fazer mais sentido. Os estados, e alguns atores não estatais, continuarão tentando impor seus interesses aos demais. Ocorre que, devido ao novo contexto em que estão inseridos, o farão cada vez mais de forma velada, indireta e silenciosa.

O FENÔMENO DA HIBRIDIZAÇÃO

Associando a rede de conexões, que restringe a manobra ostensiva dos atores, com a dimensão informacional manipulável e difusa, os desafios estratégicos se tornam mais complexos e exigem “novas” abordagens e ferramentas. Como relembra Clausewitz (1976), um governante deve compreender em que tipo de conflito seu Estado está, sendo capaz de identificar sua natureza e não tentar transformá-lo em algo que não é. O alerta prussiano não poderia ser mais atual, uma vez que existe uma necessidade premente de adaptação na forma como os estados competem por espaço, poder e influência no século XXI.

Essas “novas” ferramentas devem ser efetivas e discretas, atingindo os objeti-

8 Disponível em: <https://openai.com/sora> (Nota do Autor).

vos políticos sem danificar a imagem do executor, nem prejudicar suas redes de interconexões. Para tal, as possíveis ações tomadas devem ser negáveis no nível político. Apesar de parecer algo novo, há pouco mais de 2.300 anos Kautilya já definia o emprego dessas ferramentas como “guerra silenciosa”, durante sua expansão do Império Maurya.

Figueiredo (2023) recorda que, na guerra silenciosa de Kautilya, as relações diplomáticas e comerciais entre os reinos vizinhos se mantinham inabaladas. Ainda assim, assassinos, espiões e subversores atacavam o tecido social adversário, buscando desestabilizar aquela sociedade e enfraquecer o controle doméstico. Dessa forma, Kautilya preparava o alvo para uma futura ação cinética, enquanto mantinha a negação plausível no nível político.

Kautilya, que teria sido uma combinação de Maquiavel com Clausewitz (KISSINGER, 2014) e feito o próprio Maquiavel parecer inofensivo (WEBBER, 1972), pode ser considerado o marco histórico para as guerras híbridas. Mas a menção a esse estrategista indiano serve para reforçar que o fenômeno híbrido do século XXI é somente a intensificação do uso de ferramentas disponíveis desde a Antiguidade.

Dando um salto no tempo, a superexposição à opinião pública da Guerra do Vietnã (1955-1975) marcou o início de uma tendência de declínio no uso de operações cinéticas como ferramenta para alcançar objetivos nacionais. Isso se deve, em grande parte, à aversão crescente à perda de vidas humanas em conflitos armados (GALEOTTI, 2023)⁹.

Krieg e Rickli (2019), em seu livro *Surrogate Warfare*, contextualizam o

que eles chamam de “guerra por procuração”, no cenário pós-moderno. Para eles, os modelos de segurança centrados nos estados estão sendo desafiados, devido a um mundo cada vez mais globalizado, privatizado, securitizado e midiaticizado. A crescente conectividade tem moldado as sociedades em uma postura mais transnacional, sendo que muitas não se veem mais como partes exclusivas de uma sociedade nacional. Ao contrário, ao apresentarem uma postura fluida, essas comunidades influenciam em assuntos de segurança, economia e política, reduzindo a autonomia estatal. Os autores argumentam que os conceitos de soberania e territorialidade também estariam mais fluidos.

É nesse contexto que Krieg e Rickli defendem que os estados buscarão, cada vez mais, externalizar o peso da guerra para outros atores que não sua própria população. Instrumentalizando atores por procuração, muitas vezes de forma velada, os estados continuarão empregando meios coercitivos para alcançar objetivos políticos. Dessa forma, transferem o risco para terceiros, mitigando cada vez mais a inaceitável perda humana em combate.

Mais ainda, negando no nível político suas estratégias de atuar por procuração, executam uma guerra silenciosa como aquela proposta por Kautilya. Os diversos conceitos que orbitam as discussões de guerra híbrida convergem para esse caráter ambíguo, velado e silencioso. Dessa forma, a evolução do debate acadêmico sobre esse fenômeno tem sinalizado para o entendimento de que os atores têm empregado todos os meios disponíveis, preferencialmente silenciosos ou secretos, na disputa por poder.

⁹ No entanto cabe lembrar que a solução militar convencional não deve ser descartada como algo ultrapassado, como observado na “operação especial” russa em território soberano ucraniano, deflagrada em fevereiro de 2022.

De forma mais abrangente, os conceitos de *political warfare*, de Kennan (1948); de *irrestricted warfare*, de Liang e Xiangsui (1999); e de *gibridnaya voyna*, explicado por Fridman, Kabernik e Pearce (2019), sinalizam que a “guerra” entre estados se inicia bem antes do conflito cinético ocorrer. Korybko (2015) também sugere que as guerras híbridas são ferramentas de mudança de regimes políticos. Todos os recursos à disposição do Estado poderiam ser empregados para moldar o ambiente geopolítico, preferencialmente de forma velada, evitando a escalada para o conflito armado.

Em contrapartida, outras definições exploram o caráter híbrido mais próximo ao campo de batalha, como as contribuições de Hoffman (2007) e Rid (2020). Hoffman, por exemplo, argumenta que a guerra híbrida, ou guerra de nova geração para o pensamento russo, explora as capacidades sincronizadas convencionais, não convencionais e irregulares e ações terroristas e criminosas para criar situações militares, políticas e econômicas favoráveis ao posterior emprego da força convencional.

Muitos estados, ao entenderem que na guerra híbrida um ator antagonista vai explorar vulnerabilidades antes de realizar uma ofensiva cinética, têm buscado conceituar essas ameaças como híbridas. Uma possível definição de ameaças híbridas foi publicada pela Marinha do Brasil em 2020 como sendo:

A guerra híbrida explora as capacidades convencionais, não convencionais e irregulares e ações terroristas e criminosas para criar situações militares, políticas e econômicas favoráveis ao posterior emprego da força convencional

Emprego sob medida, por ator oponente, de múltiplos instrumentos, militares ou não, como operações psicológicas, ataques cibernéticos, pirataria, ações terroristas, propaganda, contrapropaganda, desinformação, ações econômicas, crimes ambientais, interferências nas comunicações, ações de forças regulares e irregulares contra infraestruturas críticas, ataques nucleares, biológicos, químicos ou radiológicos, bem como outras atividades criminosas ou subversivas de naturezas diversas, combinando ações simétricas e assimétricas, com seu efeito sinérgico, podendo atuar em ambientes físicos ou não, particularmente o informacional, direcionados a vulnerabilidades específicas do alvo, visando a atingir os efeitos desejados pelo agressor e, normalmente, a partir de desestabilização, medo e incerteza gerados na sociedade como um todo ou em parte dela. (BRASIL, 2020, p. 1)

Wieland (2022) sintetiza a definição, argumentando que a ameaça híbrida seria a ação planejada contra uma vulnerabilidade particular que envolve mais de uma ferramenta, militar ou não, para desestabilizar e gerar medo e incerteza na sociedade.

Em um processo contínuo de aprimoramento do conceito, em 2023, a Marinha do Brasil publicou o *Manual de Operações com Emprego Limitado da Força de Fuzileiros Navais* (CGCFN-2-0),

que reforça os aspectos de sincronismo e ambiguidade desse tipo de ação. Essa mesma publicação reafirma os objetivos de desestabilização e ruptura interna do inimigo como um dos focos das guerras híbridas (BRASIL, 2023b).

Além das definições anteriores, diversos estados têm formalizado definições similares em seus documentos oficiais. A República Italiana, por exemplo, publicou o *Approccio della Difesa alle Operazioni Multidominio* (ITÁLIA, 2022), em que argumenta que o Estado deve ser capaz de atuar com todos os seus poderes, de forma integrada e preventiva, para gerar efeitos duradouros que contribuam para evitar a escalada da competição em conflito armado. Ainda neste documento, os italianos debatem autores estadunidenses que procuraram definir a abordagem chinesa ao tema. Halper (2013), Mattis (2018) e Solen (2020) sugerem a possível doutrina chinesa das três guerras, voltadas a influenciar narrativas internacionais, enfraquecer a vontade do inimigo e plasmar informações diplomáticas e políticas.

A publicação italiana relembra as definições desses três tipos de guerra na China,

propostas pelo Pentágono, que seriam a guerra psicológica, a guerra de opinião pública e a guerra legal. Na primeira, a propaganda, o engano e a coerção visam influenciar o processo decisório adversário. Na segunda, o foco é na opinião pública, buscando apoio tanto interno como internacional. Na terceira, empregam-se as leis nacionais e internacionais para sustentar os objetivos chineses, gerenciar repercussões políticas e influenciar o público-alvo (ITÁLIA, 2022). Percebe-se, tanto na Itália quanto possivelmente na China, o mesmo entendimento da necessidade de desenvolver capacidades de atuação estatal que vão além de somente operações cinéticas convencionais.

Ao analisar o Competition Continuum (EUA, 2019) e o Competing (EUA, 2020), dois documentos estadunidenses que discorrem sobre a competição estatal, Patriota (2023) defende que não seria possível delimitar quando a *political warfare* ou a *gibridnaya voyna* começam, sugerindo que tais modalidades seriam algo permanente nas relações internacionais. A Figura 4 ilustra a gradação da competição, desde a cooperação em tempos de paz até

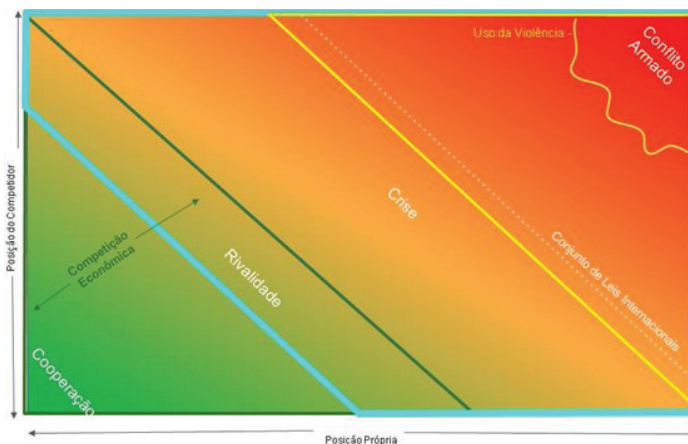


Figura 4 – Da paz e cooperação ao conflito armado
Fonte: Adaptado pelo autor de MCDC (2022)

um possível conflito armado. Nessa figura também estão apresentadas as diversas definições que orbitam o conceito de guerra híbrida.

Segundo Mumford e Carlucci (2023), em um contexto de competição entre grandes potências, os exemplos da guerra na Ucrânia e da disputa no Mar do Sul da China sinalizam que a ambiguidade na guerra híbrida é um fator crucial. Os autores argumentam que essa seria a essência das guerras híbridas e que seria usada para confundir e desorientar o inimigo.

Mumford e Carlucci (2023) argumentam que, por exemplo, a China tem usado uma abordagem ampla e astuta, que inclui o uso de meios militares e não militares, como a Guarda Costeira, a milícia marítima e a mídia estatal, para alcançar seus objetivos políticos na região. Eles também mencionam o uso de navios de pesca não identificados, conhecidos como "pequenos homens azuis", para ajudar a afirmar o controle chinês sobre as águas disputadas. Os autores destacam que a China tem usado a ambiguidade para evitar uma resposta internacional hostil enquanto busca seus objetivos naquela região.

Para os autores, a guerra híbrida seria, então, uma manifestação da mudança no ambiente político internacional, caracterizada pelo uso simultâneo de meios cinéticos e não cinéticos para alcançar objetivos políticos. Os autores argumentam que a competição entre grandes potências, como Rússia, China e Estados Unidos, tem levado à inovação na condução da guerra, com a guerra híbrida sendo uma das principais formas de competição. Eles destacam que a ambiguidade torna a guerra híbrida particularmente resistente às estratégias adotadas para combatê-la, mas que a compreensão

de como ela funciona é o primeiro passo para uma evolução estratégica.

Assim, depreende-se que, bem antes da opção de uso da violência, os estados já estão empregando uma série de ferramentas e artifícios para alcançar seus objetivos. Mais ainda, essas atividades são planejadas e executadas de forma velada e oculta, para manter a negação plausível do nível político e evitar a escalada para um conflito armado (HYBRID COE, 2021 e REPÚBLICA FRANCESA, 2022). O Centro de Excelência Europeu para Combate às Ameaças Híbridas, Hybrid CoE¹⁰, publicou, em 2021, o *The Landscape of Hybrid Threats: a conceptual model*, ampliando o debate sobre o assunto. Nessa publicação, a competição é dividida em três fases: preparação (*priming*), desestabilização (*destabilization*) e coerção (*coercion*).

Ao argumentar que a fase de preparação pode durar décadas, tendendo a ser executada para contribuir com políticas estatais estratégicas, a publicação defende que a abordagem não deve mais ser somente em nível de governo. **A atuação resiliente contra ameaças híbridas deve olhar para a sociedade como um todo, aproximando a sociedade civil, as Forças Armadas e os atores políticos de forma a criar um ecossistema de segurança novo** (HYBRID COE, 2021, grifo nosso).

Visando propor um conceito que unifique a abordagem, sugere-se que o fenômeno do emprego de todos os meios disponíveis de forma clandestina, velada ou silenciosa, em um contexto de competição internacional, seja doravante chamado simplesmente de guerra híbrida. Dessa forma, a *political warfare*, a *irrestricted warfare* e a *gibridnaya voyna* seriam conceitos da guerra híbrida nos níveis político

10 Localizado na Finlândia, atende à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e à União Europeia (nota do autor).

estratégicas na segurança nacional e como oportunidades para um ator externo desestabilizar o Estado brasileiro.

Um ponto relevante na Figura 5 é a sinalização que atores “cooperativos” poderão empregar comportamentos híbridos antes mesmo de se tornarem rivais. Existiria uma zona indefinida em que a competição econômica, ou de outros interesses, levaria esses atores a explorar opções que desestabilizem seu oponente. Essas ações híbridas, durante o processo de rivalidade e crise, serão veladas e negáveis no nível político, sendo conduzidas de forma ambígua e não rastreável.

O Hybrid CoE sugere que, para afrontar tais ameaças, os estados devem desenvolver a mentalidade de um ecossistema de segurança. Um ecossistema que englobe todos os ministérios e agências de segurança das áreas mais vulneráveis, em um esforço de resposta sinérgica às ameaças híbridas.

Outro aspecto é o desenvolvimento de capacidades defensivas que incrementem a resiliência. Tendo em vista que as ameaças são difusas e as origens não são rastreáveis, definir as vulnerabilidades críticas e estratégicas do Estado e preparar redundâncias ou protocolos de resposta que garantam um mínimo de resiliência mostra-se como solução mais efetiva. Dessa forma, o impacto causado será menor, e a possível desestabilização não será plenamente alcançada pelo adversário. Nessa resiliência defensiva, o Estado adotaria uma introspecção estratégica, concentrando esforços em mitigar suas próprias vulnerabilidades.

Especificamente para o ambiente marítimo, Ian Speller (2023) sugere que as

Marinhas se integrem, cada vez mais, ao poder nacional de seus estados. Dessa forma, deixariam de se ver como forças singulares para incorporar um caráter mais sinérgico com outras agências, ministérios e forças.

Afinal, os desafios híbridos ocorrem em todo o *continuum* de competição, durante todo o espectro dos conflitos, e os Estados devem responder se mantendo abaixo do limite da ação militar direta. Para tal, as Marinhas devem se concentrar em capacidades que enfrentem esses desafios em todo o espectro.

Não basta priorizar esforços estratégicos somente na guerra naval clássica se for possível ser “atingido” ou “desestabilizado” ainda na zona cinzenta. Speller, assim, reforça o valor de uma gama equilibrada de capacidades, quer a nível nacional (para aqueles poucos que podem pagar por isso) ou em conjunto com parceiros e aliados. O autor argumenta a necessidade de um balanceamento de meios navais

As recorrentes participações da MB em ações de combate a crimes transfronteiriços e ao crime organizado são uma tendência irreversível

que possam ser flexíveis para emprego em todo o contínuo de competição.

Além disso, a infinidade de ameaças não pode ser enfrentada apenas pelas Marinhas. É preciso uma resposta verdadeiramente integrada. É necessário uma resposta verdadeiramente marítima, não apenas naval (SPELLER, 2023).

Dessa forma, Speller, com sua abordagem contemporânea, parece trazer o conceito de ecossistema de segurança para o ambiente marítimo, oferecendo importante *insight* para futuras estratégias marítimas ao se aproximar da proposta do Hybrid CoE.

Assim, buscando contribuir com o debate sobre o papel da Marinha do

Brasil na guerra híbrida, sugerem-se algumas reflexões:

– As recorrentes participações da MB em ações de combate a crimes transfronteiriços e ao crime organizado são uma tendência irreversível. Incorporar essas capacidades, atuando com outras agências e empregando lanchas blindadas, deve ser visto como um incremento da resiliência defensiva. Ainda mais com a potencial instrumentalização de organizações criminosas para uma campanha de desestabilização, em um contexto *proxy*.

– A tendência crescente de integração marítima, com a criação do Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAZ), deve continuar. Eventualmente, essa entidade poderá incorporar representantes de outras agências e ministérios, robustecendo ainda mais sua capacidade de responder de forma integrada e efetiva aos desafios marítimos contemporâneos.

– Um esforço constante de levantamento de possíveis vulnerabilidades nas estruturas críticas se faz necessário. Porém, mais do que ter essas fragilidades mapeadas, faz-se necessário subsidiar os diversos setores da sociedade para a relevância de se construírem redundâncias. Oleodutos, cabos submarinos e portos estratégicos, por exemplo, devem possuir

planos de reestabelecimento operacional, além dos planos de proteção e defesa. Desenvolver a capacidade de reestabelecer os serviços críticos é o pilar da resiliência defensiva, especialmente em um contexto em que será bastante difícil garantir a proteção efetiva dessas estruturas.

– Um dos aspectos mencionados neste artigo foi a manipulação do tecido social. Apesar de não ser uma ameaça marítima direta, essa ferramenta pode ter impactos indiretos na segurança marítima. Uma parte da sociedade que interage com o ambiente marítimo pode ser alvo de campanhas informacionais que levem a uma alteração de seu comportamento em relação ao mar. Como superar esse desafio informacional e construir resiliência também na comunidade marítima permanecem assuntos para estudos futuros.

Por fim, este artigo espera ter contribuído com o relevante debate sobre o papel da Marinha do Brasil nas guerras híbridas. Ainda que esse conceito seja algo discutível, e em constante reformulação no meio acadêmico, ele sinaliza para um fenômeno internacional que é real e urgente: as estratégias de competição têm incorporado e intensificado o uso de ferramentas silenciosas, ambíguas e veladas. Muito ainda precisa ser discutido e estudado, sendo este artigo um simples ponto na carta.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO>; Estratégia;
 <ARTES MILITARES>; Estratégia;
 <FORÇAS ARMADAS>; Marinha do Brasil;
 <GUERRAS>; Guerra Assimétrica; Informação na Guerra;
 <POLÍTICA>; Estratégia Nacional;

REFERÊNCIAS

Devido à extensão da lista de Referências Bibliográficas, os interessados em obtê-la devem entrar em contato com o autor pelo *e-mail*: moreno@marinha.mil.br.